

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

CNPJ: 32.324.875/0001-35

**Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Mensagem da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 4 |
| Balanco patrimonial | 8 |
| Demonstração do resultado | 9 |
| Demonstração do resultado abrangente | 10 |
| Demonstração das mutações do patrimônio líquido | 11 |
| Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto | 12 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras | 13 |

Tatuí - SP, 09 de maio de 2025

Aos acionistas da
ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 26 de outubro de 2018 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00)

Conforme descrito no estatuto social, após a apuração de resultado, será constituída a reserva legal, ocorrendo em seguida a deliberação em assembleia a respeito da destinação dos lucros, no último exercício houve prejuízo, não ocorrendo assim a constituição de reservas ou distribuição de lucros.

Atenciosamente,

ONE7 SECURITIZADORA DE CRÉDITOS COMERCIAIS S/A

Diretor Presidente
João Paulo Boneder Fiuza

Diretor Financeiro
Fernando Maia de Oliveira Cruz



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores da

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

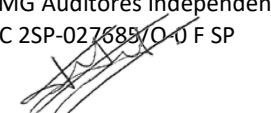
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

| | Notas | 2024 | 2023 | Notas | 2024 | 2023 |
|---|---------|--------------------|--------------------|-------|--------------------|--------------------|
| Ativo | | | | | | |
| Ativo circulante | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 11.549.957 | 14.753.037 | | 47.091.079 | - |
| Direitos creditórios a receber | 8 | 165.089.291 | 118.661.663 | 19 | 30.468 | 123.583 |
| Perdas de crédito esperadas | 8 e 5.1 | (38.101.494) | (31.135.310) | 16 | 839.641 | 135.969 |
| Tributos a recuperar | | 211.123 | 1.149.987 | 17 | 1.673.898 | 713.070 |
| Mútuos partes relacionadas | 30 | 8.308.057 | 10.633.499 | 15 | 486.947 | 279.627 |
| Debêntures a Receber | 9 | 14.470.238 | 260.689 | 18 | 2.629.686 | 2.849.906 |
| Contas a receber partes relacionadas | 30 | 151.333 | 135.829 | | | |
| Outros créditos | 10 | 457.565 | 369.555 | | | |
| Total do ativo circulante | | 162.136.070 | 114.828.951 | | 52.751.719 | 4.102.154 |
| Ativo não circulante | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 13 | 28.271.353 | 30.824.997 | | | |
| Debêntures a Receber | 9 | - | 14.187.334 | 15 | 509.633 | 755.617 |
| Outros créditos | 10 | 196.637 | 196.637 | 19 | 227.751.531 | 221.212.954 |
| Direitos creditórios a receber | 8 | 4.327.424 | 2.132.843 | | | |
| Outros valores | 12 | 2.868.599 | 1.246.288 | | | |
| Investimento em cotas de Fundo | 11 | 90.386.071 | 60.421.732 | | | |
| Imobilizado | 14 | 1.334.978 | 1.693.290 | | | |
| Ativo de direito de Uso | 15 | 855.822 | 911.730 | | | |
| Total do ativo não circulante | | 128.240.884 | 111.614.850 | | 228.261.164 | 221.948.571 |
| Total do ativo | | 290.376.954 | 226.443.801 | | 290.376.954 | 226.443.801 |
| | | | | | | |
| Passivo | | | | | | |
| Passivo circulante | | | | | | |
| Títulos e valores mobiliários - Debêntures | 19 | | | | | |
| Obrigações com fornecedores | | | | | | |
| Obrigações tributárias | 16 | | | | | |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 17 | | | | | |
| Passivo de arrendamentos | 15 | | | | | |
| Outras obrigações | 18 | | | | | |
| Total do passivo circulante | | | | | | |
| Passivo não circulante | | | | | | |
| Capital social | 20.a | 60.050.000 | 50.050.000 | | | |
| AFAC | | - | 10.000.000 | | | |
| Prejuízos acumulados | 20.b | (50.685.930) | (59.656.925) | | | |
| Total do patrimônio líquido | | 9.364.070 | 393.075 | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 290.376.954 | 226.443.801 | | | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações de resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

One7 Securitizadora

| | <u>Notas</u> | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|--------------|---------------------|---------------------|
| Receita de juros | 21 | 37.604.735 | 31.804.202 |
| Despesa de juros | 21 | (27.934.833) | (27.147.903) |
| Resultado líquido de juros | | 9.669.902 | 4.656.299 |
| Receita de serviços | 21 | 1.861.221 | 1.134.774 |
| (-) Custo serviços prestados | 22 | (3.257.631) | (8.471.330) |
| Despesa bruta de serviços | | (1.396.410) | (7.336.556) |
| Resultado de aplicações financeiras | 23 | 1.365.852 | 625.419 |
| Resultado com investimento | 24 | 30.225.929 | 10.584.918 |
| Outras receitas | 23 | 71.568 | 16.888 |
| Receitas líquidas | | 39.936.841 | 8.546.967 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas de pessoal | 25 | (6.572.908) | (5.691.999) |
| Perdas com direitos creditórios | 8 e 5.1 | (6.966.185) | (6.512.114) |
| Depreciação | 14/15 | (573.692) | (582.425) |
| Despesas gerais e administrativas | 26 | (10.421.596) | (8.196.241) |
| Outras receitas/ despesas | 27 | (53.082) | - |
| Total de outras despesas (líquido de outras receitas) | | (24.587.463) | (20.982.779) |
| Resultado antes dos impostos | | 15.349.378 | (12.435.812) |
| Imposto de renda diferido | 28 | (1.877.679) | 4.140.726 |
| Contribuição Social diferida | 28 | (675.965) | 1.490.661 |
| Imposto de renda corrente | 28 | (2.805.955) | - |
| Contribuição Social corrente | 28 | (1.018.784) | - |
| Total imposto de renda e contribuição social diferidos | | (6.378.383) | 5.631.387 |
| Resultado do exercício | | 8.970.995 | (6.804.425) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|--------------------------------|----------------------------------|
| Lucro/ Prejuízo líquido do exercício | <u>8.970.995</u> | <u>(6.804.425)</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u><u>8.970.995</u></u> | <u><u>(6.804.425)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

| | Notas | Capital social | Adiantamento para futuro aumento de capital | Prejuízos Acumulados | Total |
|--|-----------|-------------------|---|----------------------|---------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 20 | 50.000 | - | (52.850.233) | (52.800.233) |
| Integralização de capital social AFAC | | 50.000.000 | 10.000.000 | | |
| Ajuste exercício anterior | | | | (2.267) | |
| Prejuízo do Exercício | | | | (6.804.425) | |
| Saldo em 31 de dezembro 2023 | 20 | 50.050.000 | 10.000.000 | (59.656.925) | 393.075 |
| Integralização de AFAC | | 10.000.000 | (10.000.000) | | |
| Resultado do exercício | | | | 8.970.995 | |
| Saldo em 31 de dezembro 2024 | 20 | 60.050.000 | - | (50.685.931) | 9.364.069 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A

Demonstrações do fluxo de caixa - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

| | | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|---------|---------------------|---------------------|
| Ajuste de exercício anterior | | - | |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | |
| Prejuízo líquido do exercício | | 8.970.995 | (6.804.425) |
| Ajustado por: | | - | - |
| - Juros atualização debênture passivo | 19 | 27.280.787 | 26.376.481 |
| - Juros atualização debênture ativo | | (817.138) | (384.386) |
| - Juros arrendamento | | 168.788 | 194.199 |
| - Provisões impostos diferidos | 13 | 2.553.644 | (5.631.387) |
| - Provisão devedores duvidosos | 8 e 5.1 | 6.966.185 | 6.425.510 |
| - Provisão comissão PJ | 18 | - | 594.614 |
| - Resultado FIDC | 11 | (30.225.929) | (10.584.918) |
| - Depreciação | 14/15 | 658.300 | 663.235 |
| | | 15.555.630 | 10.848.923 |
| (Aumento)/Diminuição das contas ativas | | | |
| Direitos Creditórios a receber | 8 | (48.622.209) | (14.474.128) |
| Tributos a recuperar | | 938.864 | (246.606) |
| Outros valores | | (1.622.312) | (100.321) |
| Outros créditos | | (103.515) | 196.160 |
| Aumento/(Diminuição) das contas passivas | | | |
| Obrigações com Fornecedores | | (93.114) | (425.681) |
| Obrigações Fiscais e Tributárias (exceto IR e CS) | | 703.672 | (5.474) |
| Obrigações Sociais e Trabalhistas | | 960.828 | (135.443) |
| Outras obrigações | | (220.219) | (2.327.164) |
| Caixa proveniente/(usado) nas operações | | (32.502.375) | (6.669.734) |
| Caixa líquido usado nas atividades operacionais | | (32.502.375) | (6.669.734) |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | 14 | (46.220) | (100.982) |
| Baixa de imobilizado | 14 | 53.000 | - |
| Aquisição de fundo de investimento | 11 | (203.355) | (49.836.814) |
| Amortização de fundo de investimento | 11 | 464.945 | - |
| Aquisição de Debêntures | | - | 681.073 |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimentos | | 268.370 | (49.256.723) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | |
| Concessão de mútuo | | (2.374.559) | (4.072.419) |
| Recebimento de mútuo | | 4.700.000 | - |
| Aumento de capital | | - | 50.000.000 |
| AFAC | | - | 10.000.000 |
| Ingresso de debêntures | 19 | 54.725.000 | 49.491.271 |
| Passivo de arrendamento | 15 | (438.311) | (431.965) |
| Pagamento de Debêntures | 19 | (24.180.000) | (64.613.506) |
| Pagamento de Juros Debêntures | 19 | (4.196.130) | (43.459.602) |
| Recebimento de Debêntures | | 766.689 | - |
| Recebimento de Juros Debêntures | | 28.234 | - |
| Empréstimos | | - | (19.355.000) |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos | | 29.030.924 | (22.441.221) |
| Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | (3.203.080) | (78.367.678) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 7 | 14.753.037 | 93.120.716 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 7 | 11.549.957 | 14.753.037 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Valores expressos Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S.A (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, pavimento superior, escritório 22, bairro Centro, na cidade de Tatuí, estado de São Paulo, CEP: 18.270-280, constituída em 26 de outubro de 2018 é uma sociedade de ações que tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00). A Companhia passa a observar a Lei 14.430 de 4 de agosto de 2022 e as normas da CVM no que diz respeito a emissão e colocação de títulos de securitização junto a investidores. Em observação a Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, a Companhia se enquadra como sociedade de propósito específico (“SPE”) que não é requerido registro junto a CVM. Portanto, continuará sendo possível que companhias não registradas na CVM façam ofertas públicas de títulos de securitização, desde que tais ofertas sejam exclusivamente destinadas a investidores profissionais, seja por meio da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM 476”), seja por meio do novo regime proposto para as ofertas públicas.

A Companhia atua antecipando recebíveis para empresas de pequeno e médio porte, fomentando o cenário econômico nacional, ajudando empresas a se fortalecer e expandirem seus negócios.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e também foram adotados os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 09 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Continuidade

A Administração não vê riscos a continuidade da Companhia, devido ao plano de negócios projetado para a mesma. O núcleo de negócio do Grupo é de fornecer produtos e serviços financeiros a empresas de pequeno e médio porte, contribuindo para seu crescimento e desenvolvimento, buscando criar e entregar soluções financeiras com praticidade especialmente desenhadas para o mercado de pequenas e médias empresas (“PMEs”), contribuindo para a sustentabilidade de nossos clientes, investidores e parceiros. Contudo o grupo tem um objetivo maior de fornecer soluções financeiras completas a seus clientes, e buscando expandir seus negócios obteve inclusive aportes financeiros, conforme nota de eventos subsequentes, o que proporcionará um crescimento sustentável. Nesse contexto companhia contribuirá com o grupo através de sua atuação, conforme seu objeto social a fim de reforçar o movimento do grupo de fornecer soluções financeiras completas.

3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte a Nota Explicativa 6.4)
- A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA).
- Ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 32): a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos.

(ii) Mensuração do valor justo

Na mensuração do valor justo de instrumentos financeiros, a administração utiliza informações observáveis de mercado tão logo estejam disponíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: inputs, para ativo ou passivo, que não baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do valor justo que o dado de nível mais baixo que é significativo para toda a medição.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 8.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais. Práticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

6 Políticas e práticas contábeis materiais

As políticas e práticas contábeis materiais descritas a seguir foram aplicadas consistentemente para a Empresa nos exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

6.2 Direitos creditórios a receber

O saldo de direitos creditório a receber é demonstrado pelo custo amortizado sendo ajustados a valor presente pelo método de taxa efetiva de juros, foram reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Substancialmente são títulos recebidos em contrapartida da antecipação financeira dos mesmos ao cedente. O saldo é avaliado periodicamente, ocorrendo renegociações quando acordado entre as partes. Os direitos creditórios são adquiridos com os recursos líquidos captados através da emissão de debentures.

6.3 Provisão para perdas esperadas

Por conta da característica dos Direitos creditórios a receber que são adquiridos pelos cedentes, a Administração avaliou que os mesmos não possuem componente de financiamento, e, portanto, a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas esperadas, de acordo com o CPC 48, poderia ser implementada. Isto posto, a Companhia constitui a uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos que apresentarem inadimplência acima de um dia, sendo utilizado um percentual para cada faixa de atraso, baseado na rolagem das operações com um período de observação de 1 ano.

Para títulos inadimplentes acima de 181 dias, há uma conta redutora do ativo que registra as baixas contábeis por inadimplência. Desta forma os títulos continuam aberto analiticamente, sendo o grupo de direitos creditórios a receber no ativo reduzido e seu efeito registrado no resultado.

6.4 Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto para instrumentos mensurados a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), onde tais custos são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo contra resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado pelo valor de seu reconhecimento inicial, mais os juros acumulados com base no método da taxa efetiva de juros, menos as amortizações de principal, menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de retificação) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.

- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.
- Caixa e equivalentes de caixa são classificados na categoria a valor justo pelo resultado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Outras obrigações são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

6.5 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

6.6 Tributos a recuperar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

6.7 Debêntures

A Companhia realiza a emissão de debentures simples, não conversíveis em ações, subordinada para distribuição privada, escrituradas através de instrumento particular e aprovado em assembleia geral.

Os valores captados possuem vencimentos em longo prazo, tendo até o momento 19 emissões de debêntures, e sendo remuneradas conforme taxas acordadas nos instrumentos. Os recursos obtidos pela Companhia serão utilizados para:

- O pagamento dos custos relacionados a aperfeiçoamento da presente emissão;
- Aquisição e transferência de direitos creditórios a serem adquiridos pela Companhia;
- Subscrição e integralização de debêntures emitidas por outras Companhias que tem por objeto a securitização de créditos;
- Pagamento das despesas ligadas a realização passiva e ativa dos direitos creditórios supramencionados;
- Pagamento dos tributos devidos pela emissora diretamente decorrentes da realização dos direitos creditórios.

6.8 Impostos e contribuições

A Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023, tributou seus lucros com base no lucro real.

Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes
O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

(v) Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as sociedades de crédito imobiliário.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%

6.9 Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2024 e 2023 não identificou ajustes a serem contabilizados.

6.10 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

6.11 Reconhecimento de receita

(i) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Para validação do reconhecimento de receita, alinhado ao CPC 47, a Companhia condiciona primeiramente o reconhecimento da receita à existência de um contrato ou um acordo entre as partes, que deverão seguir algumas condições, uma vez que tal instrumento cria direitos e obrigações.

Caso haja um contrato a Companhia irá avaliar e identificar obrigações de desempenho nos contratos, que são quanto obrigações contratuais na prestação de serviços.

Em seguida é determinado o preço da prestação de serviço, que deverá estar previsto no contrato, e que pode ser composto por outras variáveis como desconto por exemplo.

Após a determinação de preço do serviço prestado, a Companhia realiza a alocação do mesmo as diferentes obrigações de desempenho previstas no contrato.

Por fim após os passos acima elencados, a Companhia reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas e assim o serviço é prestado.

(ii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

(iii) Receita de securitização

O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o valor a ser recebido. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado.

Desta forma a receita com o deságio é reconhecida pelo princípio da competência, onde é reconhecida mensalmente o valor do deságio proporcional ao período incorrido, ou seja, somente aos juros de fato devido. Caso a operação seja quitada antes do período acordado, os juros proporcionais ao período não utilizado, não será reconhecido no resultado.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

6.12 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões para redução ao valor recuperável (impairment)

acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Periodicamente, a Companhia avalia os itens do seu ativo imobilizado, realizando baixa dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos nas rubricas de “Outras despesas” ou “Outras receitas” no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia e que seus custos possam ser medidos de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, exceto pela conta de marcas e patentes que são adquiridas separadamente e são demonstradas pelo custo histórico e não são amortizadas ao longo do tempo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação são: equipamentos de telefonia, máquinas e equipamentos, aparelhos de refrigeração, instalações, sistemas de segurança e móveis e utensílios (10%) e computadores e periféricos (20%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (dez anos), a uma taxa anual de 10%. Os veículos são amortizados a uma taxa de 20% ao ano.

6.13 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Esta política é aplicada em suas demonstrações desde o início de sua exigibilidade.

Como arrendatário

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas mensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início. Os contratos possuem vencimentos em 2024 e 2028 e para esse reconhecimento é necessário o registro desse ativo à valor presente aplicando taxa para financiamentos semelhantes, competitiva ao mercado. Baseado nessa premissa, a taxa de juros utilizada para mensuração ao valor presente foi de 18,30% ao ano, que é a taxa de empréstimo disponibilizada para a Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Em 2024 renovou-se os contratos de aluguéis e em linha com o CPC 06 reconheceu direitos de uso referentes a esses bens, devido a prazo de locação, bem como por possuir controle substancial do bem arrendado.

6.14 Imposto Diferido

A Companhia passou a constituir ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32. Devido a seu regime tributário que é o lucro real e com base no plano de negócios da Companhia que prevê resultados positivos, a Companhia passou a registrar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que serão compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros futuros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Em 2024 a Companhia começou a dar lucro fiscal, e com isso passou a utilizar o ativo fiscal constituído.

6.15 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa operacionais pelo método indireto.

(b) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);

(c) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

7 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de caixa e equivalentes de caixa está apresentado conforme a seguir:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|------------|------------|
| Caixa | 292 | 580 |
| Depósitos Bancários à vista | 6.939.906 | 2.802.546 |

| | | |
|---|-------------------|-------------------|
| Aplicações financeiras (i) | 4.609.759 | 11.949.911 |
| Total de caixa e equivalentes de caixa | 11.549.957 | 14.753.037 |

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB, com remuneração pós fixada de 5% aplicados e Fundos de Investimentos junto aos bancos Bradesco, Itaú e Sofisa. Os respectivos vencimentos são em dezembro de 2025 para CDB e com liquidez imediata para Fundos de investimentos, podendo ser resgatada a qualquer momento sem penalidades.

8 Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços com a aquisição substancial dos riscos, motivo pelo qual foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores são escriturados a valor presente, ou seja, pelo custo amortizado sendo ajustados a valor presente pelo método de taxa efetiva de juros dos Direitos Creditórios a receber.

A Companhia não está substancialmente exposta à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- (a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------------|-------------------|
| Direitos creditórios a receber | 180.508.697 | 124.510.065 |
| Provisão devedores duvidosos | (1.598.523) | (1.213.870) |
| Créditos considerados incobráveis (*) | (36.502.971) | (29.921.440) |
| (-) Juros a apropriar | (11.091.982) | (3.715.559) |
| Total de Direitos creditórios a receber | 131.315.221 | 89.659.196 |

- (*) Foram considerados como prováveis para serem incobráveis os títulos vencidos acima de 180 dias do seu vencimento. Sendo acompanhado juridicamente caso a caso.

(b) Posição analítica de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

| Período em dias | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| A vencer | 135.707.390 | 80.195.894 |
| Vencidos Até 30 dias | 4.209.412 | 9.160.471 |
| Vencidos 31 a 60 dias | 690.380 | 1.619.853 |
| Vencidos 61 a 90 dias | 656.611 | 1.254.836 |
| Vencidos 91 a 120 dias | 642.711 | 851.573 |
| Vencidos 121 a 150 dias | 911.193 | 758.347 |
| Vencidos 151 a 180 dias | 1.188.029 | 747.652 |
| Vencidos 181 a 360 dias | 4.425.873 | 3.893.138 |
| Vencidos Acima 361 dias | 32.077.098 | 26.028.301 |
| Total | 180.508.697 | 124.510.065 |

A rubrica “Juros a apropriar” refere-se a saldo de receitas futuras a ser reconhecida no resultado nos próximos exercícios de acordo com o princípio contábil da competência, conforme nota 6.11

| Descrição | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|-------------------|------------------|
| Receita de Securitização | 11.091.982 | 3.715.559 |
| Total de juros a apropriar | 11.091.982 | 3.715.559 |

| Vencimentos | Valor | Valor |
|--------------------------------------|-------------------|------------------|
| Receita Diferida até 30 dias | 2.892.830 | 1.123.005 |
| Receita Diferida de 31 até 60 dias | 2.571.717 | 514.987 |
| Receita Diferida de 61 até 90 dias | 875.604 | 345.115 |
| Receita Diferida de 91 até 120 dias | 845.890 | 234.428 |
| Receita Diferida de 121 até 150 dias | 788.563 | 207.329 |
| Receita Diferida de 151 até 180 dias | 700.067 | 176.677 |
| Receita Diferida de 181 até 360 dias | 1.833.729 | 701.877 |
| Receita Diferida acima de 361 dias | 583.582 | 412.141 |
| Total Geral | 11.091.982 | 3.715.559 |

9 Debêntures a receber

A conta de debêntures, são valores aplicados em títulos privados, registrados a custo amortizado. Em 2024 a debênture com a Rapidoo Securitizadora foi vendida para a empresa do Grupo Legacy, a qual negociou a mesma através de títulos creditórios. Os saldos se apresentam da seguinte forma:

| Circulante | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Debêntures (*) | 260.689 | 378.969 |
| (-/+) Provisão para perdas | 158.388 | (158.388) |
| Outros valores | - | 40.108 |
| (+) Venda para Legacy | (419.077) | - |
| Total de debêntures | - | 260.689 |
| Não circulante | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Debêntures Intercompany Legacy (**) | 14.470.238 | 14.187.334 |

| | | |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Total de debêntures a receber | 14.470.238 | 14.187.334 |
|--------------------------------------|-------------------|-------------------|

- (*) Em 2024 a One7 Securitizadora negociou a debênture com a empresa Legacy, a empresa Legacy adquiriu a debênture a valor contábil.
- (**) Em relação a debênture Legacy refere-se a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada, em série única, para distribuição privada. A debênture foi emitida em 29 de outubro de 2020, possui carência de 31 meses para apuração de juros remuneratórios, e tem vencimento em 29 de outubro de 2025. A Companhia estuda fazer um aditivo de vencimento, mas ainda não tem data definida.

10 Outros créditos

A conta de outros créditos, é composta pelos seguintes saldos:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|----------------|----------------|
| Curto prazo | | |
| Valores a receber | 154.311 | 8.207 |
| Adiantamento a terceiros | 51.339 | 89.455 |
| Adiantamento a empregados | 32.695 | 45.943 |
| Despesas pagas antecipadamente | 44.423 | 46.763 |
| Contas de Clientes a Receber | 174.797 | 179.187 |
| Total de Outros Créditos | 457.565 | 369.555 |
| | | |
| Longo prazo | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Depósito garantia | 30.000 | 30.000 |
| Contas de Clientes a Receber | 166.637 | 166.637 |
| Total de Outros Créditos | 196.637 | 196.637 |

11 Investimento

Em Fevereiro de 2024 a One7 Securitizadora adquiriu Cotas Subordinadas Juniores do Fundo de Investimento One7+ créditos, esse fundo foi amortizado em setembro de 2024. Em dezembro de 2024 a cota FIDC fechou no valor de 29.635 (19.810 em 2023), sendo assim representada:

| | 31/12/2023 |
|------------------|-------------------|
| Cota FIDC | 60.421.732 |
| Investimento | 49.836.814 |
| Rendimento | 10.584.918 |
| | 31/12/2024 |
| Cota FIDC | 90.386.071 |
| Investimento | 203.354 |
| Rendimento | 30.225.929 |
| (-) Amortização | (464.945) |

12 Outros valores

A rubrica de outros valores é substancialmente composta por bens recebidos por dação em pagamento de direitos creditórios inadimplentes conta de outros créditos, é composta pelos seguintes saldos:

| Longo prazo | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Propriedades – Em andamento (*) | 1.092.489 | 1.006.288 |
| Propriedades – A venda (**) | 1.776.110 | 240.000 |
| Total de Outros Valores | 2.868.599 | 1.246.288 |

- (*) Valor se refere a apartamentos em construção recebidos em pagamentos por direitos creditórios, conforme contrato, e que aguardam a conclusão das obras para serem vendidos.
- (**) O terreno que em 2023 estava em estoque foi vendido pelo valor de 150.000 em dezembro de 2024. Em outubro de 2024 foi adquirido um apartamento em dação de pagamento de direitos creditórios em atraso.

13 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32. A Companhia passou a compensar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que estão sendo compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Os saldos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão assim demonstrados:

| Base | 31/12/2024 |
|--|---------------------|
| Saldo Anterior | 154.664 |
| Prejuízo fiscal 2020 | 68.352 |
| (+) Imposto de renda diferido (25%) | (5.126) |
| (+) Contribuição social diferida | (1.846) |
| Total de impostos diferidos | |
| Imposto de renda e contribuição social | 147.692 |
| Lucro fiscal 2021 | (14.366.790) |
| (-) Imposto de renda diferido utilizado | 3.591.698 |
| (-) Contribuição social diferida utilizado | 1.293.401 |
| Saldo de impostos diferidos | |
| Imposto de renda e contribuição social | 5.032.401 |
| Prejuízo fiscal 2022 | (59.297.674) |
| (+) Imposto de renda diferido (25%) | 14.824.418 |
| (+) Contribuição social diferida | 5.336.791 |
| Saldo de impostos diferidos | |
| Imposto de renda e contribuição social | 25.193.610 |
| Prejuízo fiscal 2023 | (13.938.806) |
| (+) Imposto de renda diferido (25%) | 4.140.726 |
| (+) Contribuição social diferida | 1.490.661 |
| Saldo de impostos diferidos | |
| Imposto de renda e contribuição social | 5.631.387 |
| Saldo de impostos diferidos | |

| | |
|---|--------------------------|
| Imposto de renda e contribuição social | 30.824.997 |
| Lucro fiscal 2024: | <u>16.171.174</u> |
| (-) Imposto de renda diferido utilizado (25%) | 1.877.679 |
| (-) Contribuição social diferida utilizado | <u>675.965</u> |
| Saldo de impostos diferidos | |
| Imposto de renda e contribuição social | 2.553.644 |
| Saldo de impostos diferidos | |
| Imposto de renda e contribuição social | <u><u>28.271.353</u></u> |

14 Imobilizado

| | Custo | | Depreciação/Amortização Acumulada | | Líquido | |
|--------------------------------|------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 |
| % (*) | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 282.687 | 294.074 | (106.964) | (28.464) | 201.814 | 158.646 |
| Equipamentos de tecnologia | 415.272 | 415.272 | (248.556) | (76.413) | 243.821 | 90.303 |
| Máquinas e equipamentos | 233.197 | 2.35.346 | (107.396) | (23.542) | 147.864 | 104.408 |
| Instalações | 3.700 | 1.766 | (1.480) | (369) | 2.590 | 3.617 |
| Veículos | 53.000 | - | (30.034) | 30.034 | 33.566 | - |
| Benefetorias imóveis terceiros | 2.034.647 | 2.034.647 | (834.783) | (221.860) | 1.183.840 | 978.004 |
| Total | 3.022.503 | 2.984.805 | (1.329.213) | (320.614) | 1.957.097 | 1.334.978 |

| | Custo | | Depreciação/Amortização Acumulada | | Líquido | |
|--------------------------------|------------------|------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 |
| % (*) | | | | | | |
| Móveis e utensílios | 281.067 | 282.687 | (79.253) | (27.711) | 201.814 | 175.723 |
| Equipamentos de tecnologia | 410.242 | 415.272 | (166.421) | (82.135) | 243.821 | 166.716 |
| Máquinas e equipamentos | 232.002 | 233.197 | (84.137) | (23.259) | 147.864 | 125.801 |
| Instalações | 3.700 | 3.700 | (1.110) | (370) | 2.590 | 2.220 |
| Veículos | 53.000 | - | (19.434) | (10.600) | 33.566 | 22.966 |
| Benefetorias imóveis terceiros | 1.797.909 | 2.034.647 | (614.069) | (220.714) | 1.183.840 | 1.199.864 |
| Imobilizado em andamento | 143.602 | - | - | - | 143.602 | - |
| Total | 2.921.522 | 3.022.503 | (964.424) | (364.789) | 1.957.097 | 1.693.290 |

15 Ativo de direitos de uso

A Companhia possui contratos de locação, que se enquadram nos casos previstos no CPC 06 – Arrendamento, desta forma passou a aplicar a referida norma em suas demonstrações financeira no exercício de 31 de dezembro de 2024.

a. Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

| Ativo - direito de uso | 2023 | Adições/Baixas | 2024 |
|-------------------------------|-----------------------|------------------------|-----------------------|
| Custo direito de uso (b) | 1.349.282 | 250.858 | 1.600.140 |
| Depreciação direito de uso | <u>(437.552)</u> | <u>(306.766)</u> | <u>(744.318)</u> |
| Saldo final | <u>911.730</u> | <u>(55.908)</u> | <u>855.822</u> |

| Ativo - direito de uso | 2022 | Adições/Baixas | 2023 |
|-------------------------------|-------------------------|-------------------------|-----------------------|
| Custo direito de uso (b) | 1.349.282 | - | 1.349.282 |
| Depreciação direito de uso | <u>(139.105)</u> | <u>(298.447)</u> | <u>(437.552)</u> |
| Saldo final | <u>1.210.176</u> | <u>(298.447)</u> | <u>911.730</u> |

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos de arrendamento mercantil são demonstrados a seguir:

| Passivo - arrendamento a pagar | 2023 | Adições/Baixas | 2024 |
|---------------------------------------|-------------------------|------------------------|-----------------------|
| Adições ao custo pela renovação | 1.349.282 | 250.858 | 1.600.140 |
| (-) Pagamentos | <u>(635.950)</u> | <u>(438.311)</u> | <u>(1.074.260)</u> |
| Apropriação de juros (a) | 301.912 | 168.788 | 470.700 |
| Saldo final | <u>1.015.244</u> | <u>(18.664)</u> | <u>996.580</u> |

| | | | |
|-----------------------|----------------|--|----------------|
| Circulante | 279.627 | | 486.947 |
| Não circulante | 735.617 | | 509.633 |

| Passivo - arrendamento a pagar | 2022 | Adições/Baixas | 2023 |
|---------------------------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| Adições ao custo pela renovação | 1.349.282 | - | 1.349.282 |
| (-) Pagamentos | <u>(203.985)</u> | <u>(431.965)</u> | <u>(635.950)</u> |
| Apropriação de juros (a) | 107.713 | 194.199 | 301.912 |
| Saldo final | <u>1.253.010</u> | <u>237.766</u> | <u>1.015.244</u> |

| | | | |
|-----------------------|------------------|--|----------------|
| Circulante | 237.796 | | 279.627 |
| Não circulante | 1.015.214 | | 735.617 |

- (a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de “Despesas financeiras”; é utilizada taxa de desconto única, considerando a taxa média de captação de recursos da Companhia.
- (b) A rubrica é composta por dois imóveis locados, sendo um a matriz em Tatuí/SP com vencimento em outubro de 2028, e o outro em São Paulo/SP com vencimento em agosto de 2026.

16 Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de obrigações tributárias estava assim apresentada:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------|----------------|----------------|
| IRPJ | 437.224 | - |
| CSLL | 160.128 | - |
| IRRF | 85.336 | 73.394 |
| PIS | 11.018 | 5.568 |
| COFINS | 69.150 | 35.045 |
| Outras | 19.773 | 21.962 |
| Total obrigações tributárias | 782.629 | 135.969 |

17 Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de obrigações trabalhistas estava assim apresentada:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|------------------|----------------|
| Instituto Nacional do Seguro Social - INSS | 116.971 | 108.152 |
| Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS | 39.399 | 33.572 |
| Provisão Férias | 457.483 | 424.515 |
| Provisão INSS Férias | 122.073 | 113.044 |
| Provisão FGTS Férias | 36.423 | 33.787 |
| Provisão Bônus | 901.549 | - |
| Total | 1.673.898 | 713.070 |

18 Outras obrigações

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de outras obrigações estava assim apresentada:

| Descrição | 2024 | 2023 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Serviços prestados por terceiros | 192.819 | 57.924 |
| Provisão contingência | 250.007 | - |
| Provisão comissão PJ | 742.705 | 594.614 |
| Valores a repassar trustee (ii) | 166.637 | 166.637 |
| Depósitos a identificar | 10.124 | 22.906 |
| Cartão de crédito a pagar | 160.502 | 152.123 |
| Aluguel a pagar | 9.925 | 9.583 |
| Contas diversas a pagar | 1.057 | 327 |
| Conta pendência de clientes a pagar | 1.095.910 | 1.845.792 |
| Total | 2.629.686 | 2.849.906 |

- (i) Esta rubrica refere-se a negociações com clientes em andamento, onde os valores recebidos e gastos relativos a essas renegociações são alocados aqui até a formalização.
- (ii) Esta rubrica refere-se a valores que são recebidos e repassados. É uma operação de repasse de valores apenas, ou seja, a Companhia não antecipou créditos nessa operação, ela apenas emite o boleto, e somente após receber é que há o repasse a Americanas, se o sacado não pagar não teremos o que repassar. Pela emissão dos boletos temos uma receita com serviços apenas.

19 Debêntures

Aos oito dias do mês de março de 2019, a Companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, no montante de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100 (cem reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 150% CDI.

Aos oito dias do mês de março de 2019, a Companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 800 (oitocentas) debêntures simples, no montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 330% CDI.

Aos oito dias do mês de março de 2019, a Companhia realizou a assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 3ª emissão privada de debêntures simples em três séries, sendo que cada série terá a emissão de 8.000 (oito mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 5.000 (cinco mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) por série, R\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de reais) no total, com vencimento em março/2029 e remuneração de 130% CDI para a 1ª Série, 135% CDI para a 2ª Série e 140% do CDI para a 3ª Série.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019, a Companhia realizou a assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 4ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em agosto/2024 e remuneração de 200% CDI.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 6ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 90 (noventa) debêntures simples, no montante de R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (vinte e cinco mil reais) cada com vencimento em março/2029 e remuneração de 330% CDI.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 7ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 90 (noventa) debêntures simples, no montante de R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (vinte e cinco mil reais) cada, com vencimento em setembro/2028 e remuneração de IPCA + 5%.

Aos dez dias do mês de outubro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 8ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 110 (cento e dez) debêntures simples, no montante de R\$ 55.000.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 13,89% a.a.

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 9ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 200 (duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 13,89% a.a.

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 10ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentos) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em setembro/2025 e remuneração de IPCA + 7,5%.

Aos dez dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 11ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 50 (cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 25.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em outubro/2024 e remuneração de CDI + 3%.

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2021, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 12ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 13,35% a.a.

Aos treze dias do mês de agosto de 2021, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 13ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 700 (setecentas) debêntures simples, no montante de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada, com vencimento em junho/2024 e remuneração de IPCA + 6,5%.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 14ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2029 e remuneração de 125% CDI.

Aos sete dias do mês de março de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 15ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de IPCA + 6,5%.

Aos dez dias do mês de maio de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 16ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em maio/2029 e remuneração de 115% CDI.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 17ª emissão privada de debêntures simples nove séries, sendo a 1ª Série com 38 debêntures, a 2ª Série com 38 debêntures, a 3ª Série com debêntures, a 4ª Série com 38 debêntures, a 5ª Série com 38 debêntures, a 6ª Série com 40 debêntures, a 7ª Série com 40 debêntures, a 8ª Série com 40 debêntures e a 9ª Série com 40 debêntures, totalizando 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em fevereiro/2026 e remuneração de CDI + 3,8%.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 18ª emissão privada de debêntures simples em duas séries, sendo a 1ª Série com 100.000 (cem mil) e a 2ª Série com 39.999 (trinta e nove mil novecentas e noventa e nove) debêntures simples, conversíveis em ações, no montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 0,01 (um

centavo de real) cada e da 2ª Série de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2028 e remuneração de IPCA + 10%.

Aos catorze dias do mês de junho de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 19ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 14,5% a.a.

Aos quatro dias do mês de setembro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 20ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 200 (duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração IPCA + 10%.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2024, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 21ª emissão privada de debêntures simples, com garantia real, em cinco séries, sendo a 1ª Série com 1.000 (mil), a 2ª Série com 1.000 (mil), a 3ª Série com 1.000 (mil), a 4ª Série com 1.000 (mil) e a 5ª Série com 1.000 (mil) debêntures simples, no montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 2ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 3ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 4ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada e da 5ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, com vencimento em maio/2025 para a 1ª Série, junho/2025 para a 2ª Série, julho/2025 para a 3ª Série, agosto/2025 para a 4ª Série e setembro/2025 para a 5ª Série e com remuneração de CDI +4%.

A rubrica Debêntures da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A está composta pelos seguintes saldos:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------------------|---------------------------|
| Debênture - Curto Prazo | 34.886.818 | - |
| Juros sobre Debênture – Curto Prazo | 12.204.261 | - |
| Debêntures – Longo Prazo | 168.551.271 | 171.426.271 |
| Juros sobre Debêntures – Longo Prazo | <u>59.200.260</u> | <u>49.786.683</u> |
| Total de Títulos e valores mobiliários | <u>274.842.610</u> | <u>221.212.954</u> |

Abertura das debêntures

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------|-------------------|-------------------|
| Debêntures 8ª Emissão | 55.000.000 | 55.000.000 |
| Remuneração 8ª Emissão | 51.005.786 | 36.901.977 |
| Debêntures 10ª Emissão | 6.020.000 | 6.420.000 |
| Remuneração 10ª Emissão | 2.588.060 | 1.753.729 |
| Debêntures 12ª Emissão | 8.375.000 | 9.450.000 |
| Remuneração 12ª Emissão | 2.634.640 | 1.662.238 |
| Debêntures 14ª Emissão | 13.880.000 | 12.440.000 |

| | | |
|---|--------------------|--------------------|
| Remuneração 14ª Emissão | 4.287.743 | 2.549.910 |
| Debêntures 15ª Emissão | - | 11.380.000 |
| Remuneração 15ª Emissão | - | 337.470 |
| Debêntures 16ª Emissão | 140.000 | 140.000 |
| Remuneração 16ª Emissão | 28.646 | 9.770 |
| Debêntures 17ª Emissão | 27.400.000 | 35.000.000 |
| Remuneração 17ª Emissão | 9.616.201 | 6.078.817 |
| Debêntures 18ª Emissão | 35.096.271 | 35.096.271 |
| Debêntures 19ª Emissão | 6.060.000 | 6.500.000 |
| Remuneração 19ª Emissão | 1.243.445 | 492.772 |
| Debênture 21ª Emissão | 50.000.000 | - |
| Remuneração 21ª Emissão | 1.466.818 | - |
| Total de Títulos e valores mobiliários | 274.842.610 | 221.212.954 |

Movimentação das debêntures

| Descrição | Valores |
|-------------------------|--------------------|
| Saldo 31/12/2022 | 253.418.310 |
| Resgate | (64.613.506) |
| Juros pagos | (43.459.602) |
| Captação de recursos | 49.491.271 |
| Despesas de juros | 26.376.481 |
| Saldo 31/12/2023 | 221.212.954 |
| Resgate | (24.180.000) |
| Juros pagos | (4.196.130) |
| Captação de recursos | 54.725.000 |
| Despesas de juros | 27.280.786 |
| Saldo 31/12/2024 | 274.842.610 |

20 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O Capital Social é de R\$ 50.000, sendo totalmente integralizado, perfazendo 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo composto inicialmente por dois acionistas pessoas físicas. Em 06 de dezembro de 2023 as cotas foram transferidas para a One7 Holding S.A que passou a possuir 49.998 cotas e a One7 Consultoria em Análise de crédito e Cobrança Ltda que passou a possuir 2 cotas, via integralização de capital dos sócios.

Em 27/01/2023 a One7 Holding S/A realizou um aporte de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Passando a ter o total de 50.050.000 (cinquenta milhões) em sua composição de capital social integralizado. Em Julho/2024 o AFAC foi integralizado, assim o saldo de ações nominativas passaram a ter o total de 60.050.000 (sessenta milhões e cinquenta mil reais).

b. AFAC

Em setembro/2023 a One7 Holding S/A enviou o valor de 10.000.000 (dez milhões) com a finalidade de AFAC (aumento futuro de capital social). Em julho/2024 o AFAC foi integralizado.

c. Prejuízos acumulados

No exercício de 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu o lucro no montante de R\$ 8.970.995 (R\$ 6.804.425 em 2023) de prejuízo, assim o montante o lucro do período foi absorvido pelos prejuízos acumulados, e o saldo no encerramento do exercício é de R\$ 50.595.539 (R\$ 59.656.925 em 2023).

21 Resultado líquido de juros

A Receita de juros é composta de receitas de securitização deduzidas os impostos e os descontos concedidos conforme destacado abaixo:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|
| Receita financeira | | |
| Receita juros sobre securitização | 30.732.957 | 27.650.583 |
| Receita de juros ativos/mora | 8.846.369 | 7.111.234 |
| Outras receitas financeiras | 1.560 | 1.884 |
| Receita bruta de juros | 39.580.886 | 34.763.701 |
| | | |
| Descontos concedidos | (1.455.784) | (2.616.077) |
| (-) PIS | (70.868) | (47.400) |
| (-) COFINS | (449.499) | (296.022) |
| | | |
| Receita líquida de juros | 37.604.735 | 31.804.202 |
| Despesas financeira | | |
| Despesa de captação debêntures | (27.280.786) | (26.378.669) |
| Juros passivos | (654.047) | (769.234) |
| Despesa líquida de juros | (27.934.833) | (27.147.903) |
| | | |
| Resultado líquido de juros | 9.669.902 | 4.656.299 |

A Receita líquida é composta de receitas operacionais deduzidas os impostos conforme destacados abaixo:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Descrição | | |
| Receita de serviços | 1.959.181 | 1.194.501 |
| Receita Bruta de serviços | 1.959.181 | 1.194.501 |
| (-) ISS | (97.960) | (59.727) |
| Receita líquida de prestação de serviço | 1.861.221 | 1.134.774 |

22 Custo dos serviços prestados

A rubrica de custos é composta substancialmente pelos serviços prestados por terceiros no desenvolvimento do seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta custos dos serviços prestados apresentava o total de R\$ 3.497.173 e R\$ 8.471.330, respectivamente.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|----------------------------------|-------------------|-------------------|
| Descrição | | |
| Serviço de consultoria (*) | | |
| Prestação de serviço | 1.729.180 | 6.794.949 |
| | 1.528.451 | 1.676.381 |
| Custo do Serviço Prestado | 3.257.631 | 8.471.330 |

(*) Em 2024 foi pago um fee de 4.198.250 para um fornecedor, referente a operação da XP.

23 Resultado de aplicações financeiras

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---------------------------------|------------------|----------------|
| Receitas Financeiras | 1.437.420 | 642.307 |
| Juros de aplicações financeiras | 1.365.852 | 625.419 |
| Outras receitas | 71.568 | 16.888 |

24 Resultado com investimento

O resultado com investimento é devido a atualização do valor da quota no Fundo de investimento em direitos creditórios multissetorial One7 LP, esse investimento está atrelado a cota subordinada e portanto é atualizado conforme resultado do fundo. Em 31/12/2024 o resultado esta apresentado assim:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------------------|--------------------------|
| Resultado com investimento | 30.225.929 | 10.584.918 |
| Resultado cota FIDC | 30.225.929 | 10.584.918 |
| Resultado de aplicações financeiras | <u>30.225.929</u> | <u>10.584.918</u> |

25 Despesas com pessoal

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as contas de despesas de pessoal estava assim apresentada:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------------|---------------------------|---------------------------|
| Salários | (2.896.459) | (2.927.387) |
| Prêmios, bônus e gratificações | (901.548) | - |
| 13º salários | (32.623) | (41.114) |
| Férias | (2.678) | (266.950) |
| INSS sobre salário | (754.846) | (784.434) |
| FGTS sobre salário | (255.549) | (252.316) |
| Assistência média e odontológica | (196.864) | (168.844) |
| Outras | (113.223) | (283.103) |
| Alimentação | (592.838) | (555.518) |
| Provisão férias | (378.078) | (70.708) |
| Provisão de encargos sobre férias | (125.526) | (32.504) |
| Provisão 13º salário | (237.285) | (230.176) |
| Provisão de encargos 13º | (85.391) | (78.946) |
| Total de despesas com pessoal | <u>(6.572.908)</u> | <u>(5.691.999)</u> |

26 Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de despesas gerais e administrativas estava assim apresentada:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|---------------------|--------------------|
| Despesas gerais e administrativas | | |
| Serviços prestados por terceiros (*) | (465.106) | (519.965) |
| Impostos, taxas e contribuições | (33.268) | (40.192) |
| Despesa com locação (**) | (130.078) | (114.566) |
| Seguros | (1.506.716) | (1.442.539) |
| Assessoria jurídica | (1.061.015) | (1.164.293) |
| Despesas de cobrança | (1.261.334) | (1.514.802) |
| Despesas de manutenção | (1.330.491) | (1.122.286) |
| Multas de Trânsito | (429) | - |
| Perdas Processuais | (16.202) | (14.465) |
| Despesas de IOF | (160.743) | (114.426) |
| Despesas com viagens | (701.642) | (687.829) |
| Comissão | (984.669) | (63.612) |
| Desconto por antecipação | (908.524) | - |
| Outras despesas gerais e administrativas | (1.861.379) | (1.397.267) |
| Total de despesas gerais e administrativas | (10.421.596) | (8.196.241) |

(*) A maior parte do montante refere-se a despesas com consultoria, despesas com intermediadores de negócios na captação de clientes e demais serviços profissionais prestados.

(**) Refere-se a contrato de locação do equipamentos e veículos.

27 Outros resultados

O grupo de outros resultados é composto de resultados decorrentes de operações não ligadas ao objeto social da Companhia, que estão assim compostas:

| Descrição (em reais) | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------------|-----------------|------------|
| Outras Receitas | 36.917 | - |
| Reversão de despesas | 36.917 | - |
| | - | - |
| Outras Despesas | (90.000) | - |
| Perda na alienação de bens do ativo | (90.000) | - |
| Outros Resultados | (53.083) | - |

Não houve movimentação neste grupo de contas em 2023.

28 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia cálculo seu Imposto de Renda e sua Contribuição Social com base no lucro real anual. Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------------------|---------------------|
| Lucro real | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 15.349.378 | (12.435.812) |
| Adições e exclusões temporárias | | |
| (+) Provisão perda debêntures | - | (1.132.382) |
| (+) Provisão devedores duvidosos | 383.070 | (876.272) |
| (+) Direitos de Uso | 33.337 | 25.413 |
| (+) Provisão comissão PJ | 157.904 | 491.524 |
| (+) Provisão contingências | 239.343 | (41.537) |
| (+) Provisão de auditoria | 134.894 | (105.342) |
| Adições e exclusões permanentes | | |
| (+) Outras adições permanentes | (126.752) | 135.602 |
| Base tributária, antes da compensação dos prejuízos fiscais | 16.171.174 | (13.938.806) |
| (-) Compensação do prejuízo fiscal (30%) | (4.851.352) | - |
| Base tributária, após da compensação dos prejuízos fiscais | 11.319.822 | (13.938.806) |

29 Instrumentos financeiros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não operou com derivativos e possuía instrumentos financeiros que consideram o caixa e equivalente de caixa.

a. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas pré ou pós-fixadas.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI.

b. Quadro de análise de sensibilidade

A Companhia possui instrumentos financeiros atrelados a indexadores, principalmente ao CDI e, por este motivo, a Administração entende que flutuações nestas taxas de juros podem afetar significativamente o resultado financeiro.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na

expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI.

| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (RS) | | |
|------------------------------------|-------|-----------------------------|--------------------|--|--|---|
| Operação | Risco | Saldo exposto em RS | Índice CDI/IPCA | Cenário provável em RS | Cenário I 10% (Impacto Líquido) | Cenário II 20% (Impacto Líquido) |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 4.609.759 | 12,15% | 560.086 | 616.094 | 672.103 |
| Direito Creditórios | IPCA | 120.223.238 | 4,83% | 5.806.782 | 6.387.461 | 6.968.139 |
| Debêntures | IPCA | 14.470.238 | 4,83% | 698.912 | 768.804 | 838.695 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debêntures | IPCA | <u>274.842.610</u> | 4,83% | <u>13.274.898</u> | <u>14.602.388</u> | <u>15.929.878</u> |
| Efeito líquido no resultado | | <u>135.539.375</u> | | <u>6.209.118</u> | <u>6.830.029</u> | <u>7.450.941</u> |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (RS) | | |
| Operação | Risco | Saldo exposto em RS | Índice CDI/IPCA | Cenário provável em RS | Cenário I 10% (Impacto Líquido) | Cenário II 20% (Impacto Líquido) |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 11.949.911 | 13,05% | 1.559.463 | 1.715.410 | 1.871.356 |
| Direito Creditórios | IPCA | 93.374.755 | 4,62% | 4.313.914 | 4.745.305 | 5.176.696 |
| Debenturés | IPCA | 14.448.023 | 4,62% | 667.499 | 734.249 | 800.998 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debêntures | IPCA | <u>221.212.954</u> | 4,62% | <u>10.220.038</u> | <u>11.242.042</u> | <u>12.264.046</u> |
| Efeito líquido no resultado | | <u>(101.440.265)</u> | | <u>3.679.172</u> | <u>4.113.828</u> | <u>4.414.996</u> |

c. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

| | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado | Total |
|--------------------------------|---|------------------------------------|-----------------------------------|----------------------|
| 31 de dezembro 2024 | | | | |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 11.549.957 | - | - | 11.549.957 |
| Direitos creditórios a receber | - | 120.223.982 | - | 120.223.982 |
| Mútuos partes relacionadas | - | 8.308.057 | - | 8.308.057 |
| Debêntures | - | 14.470.238 | - | 14.470.238 |
| Total ativos | 11.549.957 | 143.002.277 | - | 154.552.234 |
| Passivos | | | | |
| Debêntures | - | - | (274.842.610) | (274.842.610) |
| Total | 11.549.957 | 143.002.277 | (274.842.610) | (120.290.376) |
| 31 de dezembro 2023 | | | | |
| Ativos | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 14.753.037 | - | - | 14.753.037 |
| Direitos creditórios a receber | - | 93.374.755 | - | 93.374.755 |
| Mútuos partes relacionadas | - | 10.633.499 | - | 10.633.499 |
| Debêntures | - | 14.448.023 | - | 14.448.023 |
| Total ativos | 14.753.037 | 118.456.277 | - | 118.456.277 |

| | | | |
|-----------------------|-------------------|--------------------|-----------------------------------|
| | | | 133.209.314 |
| Passivos | | | |
| Debêntures | - | - | (221.212.954) (221.212.954) |
| Total passivos | - | - | (221.212.54) (221.212.954) |
| Total | 14.753.037 | 118.456.277 | (221.212.954) (88.003.640) |

d. Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

e. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. Devido a isso a Companhia fez liquidações de debêntures mais onerosas bem como realinhado novos contratos de debêntures a fim de mitigar riscos e prejuízos relacionados a custo financeiro na captação de recursos e despesas financeiras.

f. Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

g. Risco fiscal

No ano de 2022 a Companhia foi beneficiado com a lei 14.430, que equiparou a securitização de créditos comerciais as demais securitizadoras para fins tributários, o que impactou diretamente na apuração de PIS e COFINS. Para 2025 temos a questão da reforma tributária que pode vir a impactar, dependendo de como o texto vai seguir e quais alterações teremos. Além do mais houve uma reorganização societária visando aproveitar oportunidades e mitigar riscos em todas as áreas, incluindo a tributária.

h. Risco Operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

i. Direitos Creditórios

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. A Companhia tem um histórico baixo de perdas, devido a sua política de cessão de crédito ser rigorosa e possuir toda uma estrutura de análise de crédito apoiada por softwares e empresas que complementam suas análises. Além do mais nos casos de renegociação com devedores a Companhia possui um índice muito baixo de reincidência ou inadimplência.

j. Inadimplência

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. Contudo buscando mitigar risco a Companhia tornou mais robusta sua análise de crédito, o que reduziu em um primeiro momento sua carteira contudo fez com que a inadimplência ficasse abaixo da média de mercado.

k. Risco de Crédito

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|------|-------------|------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 7 | 11.549.957 | 14.753.037 |
| Direitos creditórios a receber | 8 | 131.315.220 | 89.659.196 |
| Debêntures a receber | 9 | 14.470.238 | 14.448.023 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 30.b | 151.333 | 135.829 |
| Mútuos partes relacionadas | 30.a | 8.308.057 | 10.633.499 |

l. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 90 dias incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros:

| | 2024 | | |
|--------------|----------------|--------------|-------------------|
| | Valor contábil | 6 a 12 meses | Acima de 12 meses |
| Fornecedores | 30.469 | - | |
| Debêntures | 274.842.610 | - | 274.842.610 |
| | 2023 | | |
| | Valor contábil | 6 a 12 meses | Acima de 12 meses |

| | | | |
|--------------|-------------|---------|-------------|
| Fornecedores | 123.583 | 549.263 | |
| Debêntures | 221.212.954 | - | 221.212.954 |

m. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros na linha de caixa e equivalentes de caixa para as aplicações financeiras.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|-------------|------------|
| Instrumentos pré-fixados | | |
| Ativos financeiros | | |
| Aplicações financeiras | 4.609.759 | 11.949.910 |
| Debêntures a receber | 14.740.238 | 14.187.334 |
| Contas a receber | | |
| Direito creditórios a receber | 120.223.238 | 89.659.196 |
| Mútuo partes relacionadas | 8.308.057 | 10.633.499 |
| Contas a receber partes relacionadas | 151.333 | 135.829 |

30 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a rateio de despesas entre empresas do Grupo e contratos de mútuos a pagar e receber.

a. Mútuos entre partes relacionadas

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia realizou contratos de mútuo com partes relacionadas, todos sem onerosidade, os quais totalizam R\$ 8.308.057 (R\$ 10.633.499 em 2023) e possuem liquidação prevista para o exercício de 2025/2026.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de mútuo com partes relacionadas está assim apresentada:

| | Tipo | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------|--------------|------------------|-------------------|
| One7 Holding S.A. | Controladora | 178.758 | 4.678.758 |
| Legacy | Ligada | 1.222.949 | - |
| One7 Consultoria | Ligada | 5.924.934 | 5.156.767 |
| One7 Holding Financeira | Ligada | 112.104 | 61.147 |
| Rapidoo Serviços | Ligada | 596.187 | 524.849 |
| One7 Pagamentos | Ligada | 273.125 | 211.978 |
| Total mútuos a receber | | 8.308.057 | 10.633.499 |

b. Contas a Receber com partes relacionadas

Os saldos da conta de contas a receber com partes relacionadas envolve transações atreladas a contrato de rateio de despesas prevista em contrato assinado em 01 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo de contas a pagar com partes relacionadas estão assim apresentada:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------------|----------------|----------------|
| Contas a Receber One7 Consultoria | 151.133 | 135.829 |
| Total | 135.829 | 135.829 |

c. Remuneração do pessoal chave

Durante os exercícios de 2024 e 2023 não houve remuneração do pessoal da diretoria estatutária.

31 Contingências

Para o ano calendário de 2024 a Companhia tem em contingência 13 (treze) processos da área cível classificados como “Possível”, valor atualizado em 31/12/2024 – R\$ 1.017.518 (em 2023 R\$ 1.381.195). Classificado como “provável” tem 4 processos em 2024, apresentado em 31/12/2024 conforme abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------|----------------|----------|
| Provisão de contingência cível | 250.007 | - |
| Total | 250.007 | - |

32 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Até o momento da autorização da emissão, não existe fato relevante a ser indicado nesse item.

Tatuí - SP, 08 de maio de 2025

* * *

João Paulo Boneder Fiuza
Diretor Presidente

Fernando Maia de Oliveira Cruz
Diretor Financeiro

Celina Ferrarezi Moises
CRC/SP: 1SP142.405/O-4

DF One 7 Securitizadora 2024 pdf

Código do documento a5ec7179-77e6-4443-9a1f-ad5cb34f72c9



Assinaturas



Fernando Maia de Oliveira Cruz
fernando.cruz@one7.com.vc
Assinou

Fernando Maia de Oliveira Cruz



João Paulo Boneder Fiuza
jpfuza@one7.com.vc
Assinou

João Paulo Boneder Fiuza



Celina Ferrarezi Moises
celina@santacruz.com.br
Assinou

Celina Ferrarezi Moises

Eventos do documento

09 May 2025, 10:02:19

Documento a5ec7179-77e6-4443-9a1f-ad5cb34f72c9 **criado** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email:walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:02:19-03:00

09 May 2025, 10:03:27

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br** - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:03:27-03:00

09 May 2025, 10:03:37

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br** - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:03:37-03:00

09 May 2025, 10:03:41

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. **REMOVEU** o signatário **walter@one7.com.vc** - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:03:41-03:00

09 May 2025, 10:04:04

Assinaturas **iniciadas** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-

bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:04:04-03:00

09 May 2025, 10:23:14

FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA CRUZ **Assinou** (c785b750-3c0e-40f5-a576-40d818367869) - Email: fernando.cruz@one7.com.vc - IP: 189.60.103.51 (bd3c6733.virtua.com.br porta: 45856) - Documento de identificação informado: 119.970.637-00 - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:23:14-03:00

09 May 2025, 13:23:22

CELINA FERRAREZI MOISES **Assinou** - Email: celina@santacruz.com.br - IP: 186.224.140.69 (186-224-140-69.metroethernet.dynamic.fst.sp.faster.net.br porta: 29442) - [Geolocalização: -23.3472803 -47.8473655](#) - Documento de identificação informado: 796.207.798-00 - DATE_ATOM: 2025-05-09T13:23:22-03:00

09 May 2025, 15:59:32

JOÃO PAULO BONEDER FIUZA **Assinou** - Email: jpfuza@one7.com.vc - IP: 187.45.24.141 (1874524141.cilnet.com.br porta: 8886) - [Geolocalização: -23.3513714 -47.8482966](#) - Documento de identificação informado: 263.142.358-55 - DATE_ATOM: 2025-05-09T15:59:32-03:00

Hash do documento original

(SHA256):b64df30febd85bed0b665d6c50fdc0f5021c41ce0283f4674d26329970700e09

(SHA512):efa68b45183cbf9108c43bbc47b874f40afce0a31b8141d4dc2df6c01d0e0d0a658b3b6ef5767666d5ec8c125bf8e8a7dc485d3c08aea7694bafd4fd8c9e8e2c

Esse log pertence **única** e **exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign
Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.